

A Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: 25 Anos após o lançamento do Projeto Fome Zero

Coordenadora: Márcia H. C. Lopes (Ministra, Ministério das Mulheres)

Apresentadores(as): Adriana V. Aranha (Anater), Walter Belik (Instituto Fome Zero – IFZ), Arnaldo Anacleto de Campos (Conab)

Justificativa

No ano 2021 foi lançado o Projeto Fome Zero com o objetivo de mobilizar os meios políticos, movimentos sociais e academia em torno do tema da Segurança Alimentar. O projeto foi o resultado de uma construção coletiva que envolveu mais de 100 pesquisadores e personalidades dos diversos setores. Naquele período a preocupação maior era a avaliar e reforçar o conjunto de iniciativas que vinham discutidas e aplicadas desde os anos 1950 no Brasil, além de outras inovações de sucesso introduzidas de forma esparsa nos três níveis da federação. O projeto foi apresentado à sociedade, parlamentares e organizações sociais sendo abraçado finalmente na campanha presidencial de 2022. Com a vitória de Lula, o Fome Zero passou a ser considerado política de estado e, em poucos anos, mudou a realidade social do país. Muitos dos mais de 40 novos programas propostos pelo Fome Zero foram reproduzidos em outros países apresentando bons resultados.

Passado um quarto de século do lançamento do Projeto e ao final do terceiro mandato do Presidente Lula, a presente SORG pretende fazer um balanço dos resultados do Fome Zero discutindo erros e acertos encontrados. Pretende-se mostrar também como esses programas evoluíram frente às metas colocadas e o que precisa ser aperfeiçoado. A composição da mesa, incluindo a coordenadora, participou da formulação do projeto e alguns assumiram posições executivas no Governo Federal, o que permitirá à audiência entender detalhes importantes no desenho e execução para a pesquisa acadêmica e para o exercício de atividades públicas.

1. 25 anos do Projeto Fome Zero: um breve panorama da estratégia que inspirou as políticas atuais de combate à fome - Walter Belik (Instituto Fome Zero – IFZ)

Introdução

O Projeto Fome Zero foi lançado há 25 anos em um contexto de crise das políticas de combate à fome no Brasil. O exercício do planejamento para o desenvolvimento que havia dado um norte para a atuação dos governos desde o pós guerra entrava em crise com o neoliberalismo e desmobilização das estruturas de sustentação do Estado de Bem estar Social. Por um lado, as bases institucionais que haviam garantido saúde, previdência social e educação universal estavam abaladas no seu financiamento e no seu apoio popular. Muito embora a Constituição Federal de 1988 tenha ratificado esses direitos a deterioração da rede de proteção social na época era evidente. Por outro lado, a exemplo de outros países, cresciam as pressões políticas internas e de grupos de interesses por uma maior liberalização e desregulação da economia.

A década de 1990 trouxe uma enorme riqueza de inovações no campo do combate à fome. Essas vieram à luz em função das pressões populares derivadas da carestia e desabastecimento que eram frequentes durante o período da hiperinflação e, mais tarde com o Plano Real, pela vinculação dos preços internos aos internacionais e aos juros reais elevados. Em nível

municipal e estadual, governantes progressistas trouxeram novos programas de abastecimento interligando campo e cidade. No entanto, em nível federal os programas sociais iniciavam uma trajetória de atendimento focalizado e controle descentralizado. Durante o Governo Fernando Henrique Cardoso com a extinção do CONSEA a agenda social priorizou políticas focalizadas de combate à pobreza, com baixos recursos, fragmentadas e baseadas em um enfoque compensatório.

Em meio a esse contexto o país enfrentava críticas internacionais pela falta de uma política clara que apontasse para o cumprimento dos compromissos estabelecidos na Cúpula Mundial da Alimentação de 1996. Particularmente, o mal-estar era causado pela missão ao Brasil do relator especial para o Direito Humano à Alimentação que, em 2002 encaminhou, um informe bastante desfavorável ao governo.

É nesse contexto que surge o Projeto Fome Zero (PFZ), elaborado por um grupo de mais de 40 colaboradores e outro grupo de mesmo tamanho de revisores, comentadores e críticos que passaram por três consultas públicas no ano de 2001. O projeto, que tinha como aposto “Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil” foi organizado no âmbito do Instituto Cidadania, o mesmo que vinha abrigando o “Governo Paralelo” do Candidato Lula, que havia sido derrotado nas duas eleições anteriores para a presidência. Embora o PFZ estivesse abrigado em uma ONG de oposição ao governo, o objetivo do documento era o de contribuir para o debate nacional, função que havia sido cumprida por outros dois projetos apresentados anteriormente pelo Instituto Cidadania que tinham como tema a moradia e a segurança pública.

Após o seu lançamento no Congresso Nacional e encaminhamento para as autoridades e para a representação da FAO no Brasil, a estrutura e o desenho do programa passaram a fazer parte do debate político e, com a eleição de Lula no pleito de 2022, o PFZ transformou-se em programa de governo. O sucesso do futuro projeto de governo denominado agora de Fome Zero será objeto de outra apresentação nessa SORG. Com isso, esse segmento deverá se ater à discussão do desenho original do FZ.

Avanços no Desenho do Programa

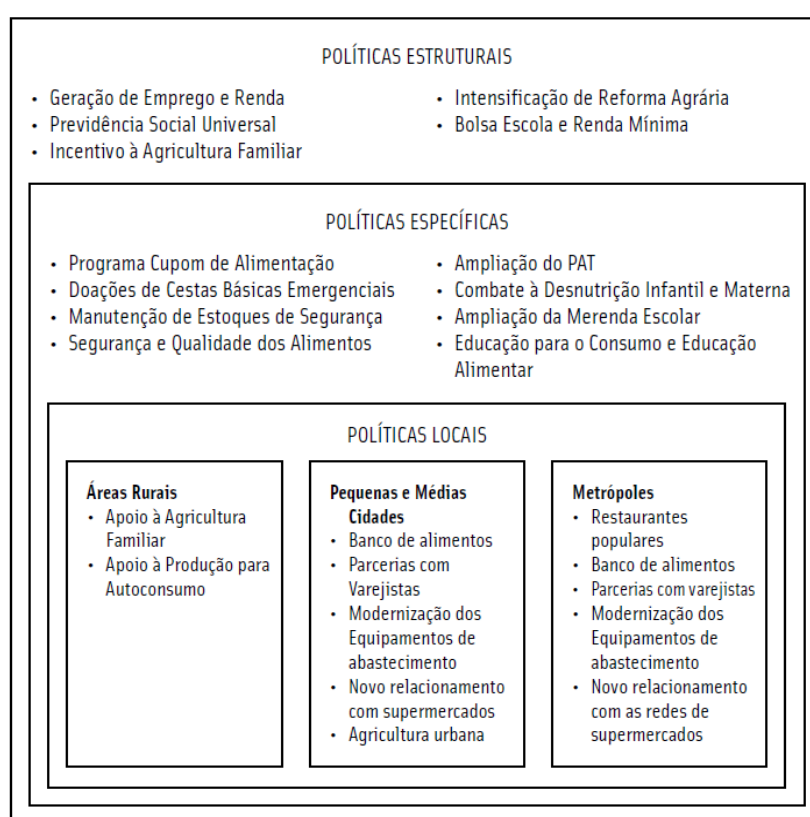
Antes do PFZ a alimentação praticamente esteve ausente dos programas de governo desde o início da era de planejamento, inaugurada no pós-guerra. A sequência de planos como o SALTE (governo Dutra), Plano JK (governo Kubitschek), Reformas de Base (governo Goulart), I e II PND (governos militares) deram pouco ou nenhum tratamento à questão da alimentação. Essa era sempre tratada como um problema de oferta de alimentos, mesmo enfoque utilizado pela proposta de Reforma Agrária de Jango. Nesse sentido, o PFZ inspirou-se em diferentes fontes para a montagem de um programa compreensivo para o combate à fome e a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, tema relativamente novo que proporcionava uma visão integrada das questões.

Por um lado, essa concepção estava presente nos documentos precursores da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição realizada em 1986, dando origem a diversos programas públicos compensatórios do período de hiperinflação. Pelo lado da oposição, havia produzido-se no “governo Paralelo” em 1991 a proposta de “Política Nacional de Segurança Alimentar” abrangendo ações na área agrária, agrícola, agroindustrial e no abastecimento. O documento da oposição motivou o governo a preparar uma primeira medição da situação de fome no Brasil, concretizada através do Mapa da Fome preparado pelo IPEA em 1993 que constatou a

existência alarmante de 32 milhões de brasileiros em situação de fome, quase 22% da população.

O diagnóstico do PFZ era de que o Brasil enfrentava problemas estruturais na produção - como a falta de acesso à terra, na comercialização – concentração da oferta e no consumo de alimentos – dietas pobres e pobreza, que deveriam ser enfrentados de forma única e coordenada. Tendo como base os princípios da garantia de Direito Humano a Alimentação Adequada (atendendo as diretrizes da Soberania e da Sustentabilidade) estabeleciam-se 20 políticas e 45 programas visando atacar os aspectos estruturais, específicos da alimentação e Locais, de acordo com o tipo de território.

Figura 1. Esquema de Propostas do Projeto Fome Zero



Considerações Finais

O lançamento do PFZ abriu espaço para um conjunto de programas que mudaram a face das políticas sociais no Brasil. Alguns programas anteriores de âmbito nacional e mesmo municipal foram repaginados e melhorados, reforçando o bom desempenho que haviam alcançado em versões anteriores. Outros novos programas foram criados, com espaço orçamentário dedicado e estruturas de controle específicas. Os programas de transferência de renda focalizados foram por fim unificados sob o guarda-chuva do Bolsa Família com um Cadastro único dos beneficiários e articulação com outras ações de assistência social de perfil local.

Passados 25 anos do seu lançamento, o PFZ ainda é uma ação pública a ser aperfeiçoada. Embora tenham sido apresentados como programas constantes do projeto original, muitas ações só foram colocadas em prática muitos anos depois. Esse é o caso do importante eixo do

abastecimento, cuja ênfase deve ser local ou municipal, e que somente em tempos recentes foi objeto de atenção do governo federal.

Tendo em vista as considerações acima, o balanço analisando resultados de um Projeto que teve um papel importante na ascensão do Brasil à uma posição de destaque como líder nas políticas sociais é bastante oportuno. O presente texto procura demonstrar que as inovações propostas já no seu desenho e o arcabouço institucional construído propiciaram os bons resultados alcançados.

Referências

CARVALHEIRA DO NASCIMENTO, Renato. O papel do CONSEA na construção da política e do sistema nacional de segurança alimentar e nutricional. Rio de Janeiro: UFRRJ/ CPDA, 2012 (Tese de Doutorado)

BELIK, Walter e GROSSI, Mauro Del. O Programa Fome Zero no Contexto das Políticas Sociais no Brasil. Cadernos de Debate (Unicamp/NEPA). Unicamp, v. X, p. 1-24, 2003

INSTITUTO CIDADANIA. Projeto Fome Zero. José Graziano da Silva, Walter Belik e Maya Takagi (coordenação técnica). São Paulo, out. 2001.

MALUF, Renato S. Política dos alimentos e participação social no Brasil: alcances de um campo contra-hegemônico. In: Maycon NOREMBERG SCHUBERT, Jeferson TONIN e Sergio SCHNEIDER Orgs. Desafios e tendências da alimentação contemporânea: consumo, mercados e ação pública. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023, p. 61-82.

2. Dados Recentes sobre a Fome no Brasil: 2023-24 - Arnaldo Anacleto de Campos (Conab)

Introdução

Tal qual havia ocorrido em 2014, o Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU em 2025. A retomada e fortalecimento de políticas públicas relevantes, como o Bolsa Família, a valorização do salário mínimo, o fortalecimento da agricultura familiar (especialmente Pronaf, PAA e PNAE), o plano "Brasil Sem Fome", certamente foram determinantes para a redução da insegurança alimentar grave.

Como será mostrado, os dados de 2024 mostram que o Brasil mantém uma trajetória descendente da insegurança alimentar, com redução de todos os níveis da EBIA e ampliação da segurança alimentar. No entanto, o avanço é desigual, mais lento e frágil nas regiões de maior vulnerabilidade. A Amazônia Legal continua a exigir políticas diferenciadas: investimentos em adaptação climática, infraestrutura fluvial, crédito para agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais, abastecimento regional e valorização dos sistemas alimentares tradicionais.

Em 2023, o país viveu uma deflação alimentar inédita que acelerou a recuperação. Em 2024, o cenário se estabiliza e assim o desafio passa a ser estrutural: consolidar o direito humano à alimentação adequada e saudável, não apenas combater a fome extrema. A trajetória 2023–

2024 mostra um Brasil que avança, mas ainda carrega o peso histórico de desigualdade. A Amazônia, mais uma vez, é o termômetro desse desafio, onde sua consolidação é mais decisiva para o futuro da segurança alimentar e nutricional no país¹.

Dados para o Período 2023-2024

Entre 2023 e 2024, a proporção de domicílios com algum grau de insegurança alimentar caiu de 27,6% para 24,2%, o que representa 2,2 milhões de lares a menos em situação de privação de alimentos. Considerando os níveis da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), a insegurança alimentar leve baixou de 18,2% para 16,4%, a moderada de 5,3% para 4,5%, e a grave, de 4,1% para 3,2%. Assim, três em cada quatro domicílios brasileiros (75,8%) já se encontram em situação de segurança alimentar (IBGE, 2025b).

Apesar da melhora, esses números revelam que o avanço de 2024 ainda é seletivo: os grupos mais vulneráveis continuam sendo os das mulheres, das pessoas pretas e pardas, dos moradores de áreas rurais e das famílias de baixa escolaridade, para além da dimensão da renda. Reiterando que a insegurança alimentar é atravessada por desigualdades de gênero, raça, escolaridade e renda.

Tabela 1: Porcentagem de domicílios com Insegurança Alimentar Moderada + Grave, segundo a pessoa de referência, Brasil e Regiões, 2023-2024

Brasil, Regiões e Estados do Norte	Pessoa de Referência no Domicílio			
	Homem		Mulher	
	2023	2024	2023	2024
Brasil	40,1%	39,9%	59,9%	60,1%
Nordeste	38,9%	39,3%	61,1%	60,7%
Centro-Oeste	40,5%	42,9%	59,5%	57,1%
Sudeste	39,2%	38,9%	60,8%	61,1%
Sul	42,3%	38,9%	57,7%	61,1%
Norte	44,4%	43,0%	55,6%	57,0%
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 4º trimestre.				

¹ Ver, entre outros, o trabalho de Mota et al (2024).

Tabela 2: Porcentagem de domicílios com Insegurança Alimentar Moderada + Grave, segundo a pessoa de referência, Brasil e Regiões, 2023-2024

Brasil, Regiões e Estados do Norte	Pessoa de Referência no Domicílio			
	Outra Cor		Preto ou Pardo	
	2023	2024	2023	2024
Brasil	26%	26%	74%	74%
Nordeste	18%	19%	82%	81%
Centro-Oeste	25%	24%	75%	76%
Sudeste	33%	36%	67%	64%
Sul	57%	55%	43%	45%
Norte	14%	15%	86%	85%
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 4º trimestre.				

A desigualdade territorial é igualmente clara. Nas áreas rurais, 31,3% dos domicílios estão em insegurança alimentar, contra 23,2% nas zonas urbanas². No nível mais agudo, os percentuais são de 4,6% e 3,0%, respectivamente (IBGE, 2025b). Comparando-se o número de indivíduos em situação de insegurança alimentar grave entre as localidades ela é quatro vezes maior nas localidades urbanas (5,2 milhões) do que nas rurais (1,2 milhões) (IBGE, 2025b).

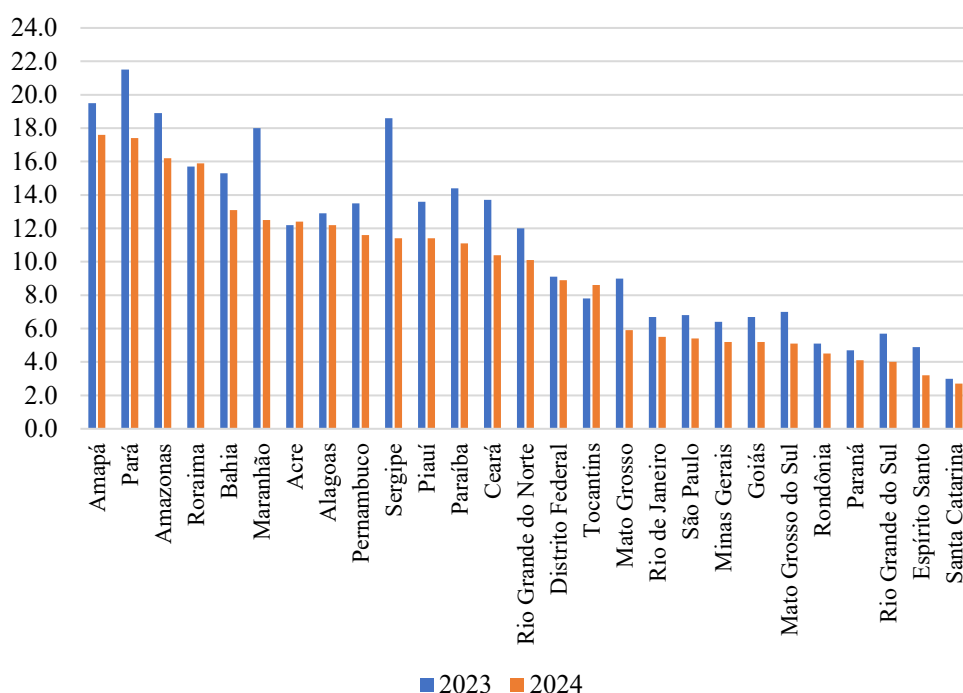
Ainda assim, uma das principais dimensões para compreensão da insegurança alimentar no Brasil continua sendo o poder de compra, formando um elo indissolúvel entre renda, emprego e a inflação. Dois em cada três (66,1%) domicílios com renda per capita de até um salário-mínimo enfrentam algum grau de insegurança alimentar, e 71,9% dos casos moderados ou graves estão concentrados nesses estratos. Entre famílias com rendimento per capita acima de dois salários-mínimos, apenas 3,9% sofrem insegurança alimentar moderada ou grave (IBGE, 2025b). Isso mostra que o problema não é de oferta de alimentos, mas de acesso econômico. Esse padrão é convergente com as análises históricas da FAO e da literatura sobre pobreza e nutrição no Brasil (de Jesus; Hoffmann; de Miranda, 2024; FAO, 2024).

Nos casos mais severos, os responsáveis pelos domicílios trabalham majoritariamente por conta própria (15,5%), como empregados sem carteira assinada (8,3%) ou trabalhadores domésticos (6,7%) (IBGE, 2025b), categorias que combinam instabilidade do vínculo e baixa renda. Em contrapartida, entre os lares em segurança alimentar, 23,4% têm responsáveis empregados com carteira assinada, o maior percentual entre todas as posições ocupacionais (IBGE, 2025b).

Apesar das melhoras recentemente observadas, o Brasil ainda possui 2,5 milhões de famílias experienciando insegurança alimentar grave (IBGE, 2025b), isto é, enfrentando privação quantitativa e rotineira de alimentos, com impacto direto sobre a alimentação de adultos e crianças.

² É importante destacar que o acesso aos alimentos, fortemente condicionado pela renda, é uma dinâmica particularmente marcante nos ambientes alimentares urbanos (FAO, 2023), que são justamente aqueles que concentram os maiores contingentes absolutos de pessoas em situação de insegurança alimentar no Brasil. Enquanto nas áreas rurais brasileiras estima-se que 8,7 milhões de pessoas enfrentem algum grau de insegurança alimentar, nas áreas urbanas esse número atinge aproximadamente 45,9 milhões de indivíduos, ou seja, um contingente cerca de cinco vezes superior (IBGE, 2025b).

Gráfico 1: Situação de insegurança alimentar (moderada + grave), em porcentagem de pessoas nos domicílios, por Estado, 2023 e 2024



A comparação entre os períodos de referência das pesquisas da EBIA de 2023 e de 2024 revela mudanças significativas no ambiente econômico e social brasileiro. Enquanto o primeiro período foi marcado por estabilidade de preços, baixo crescimento inflacionário, especialmente nos itens de alimentação e bebidas, taxa de desemprego ligeiramente mais elevada, o segundo evidenciou um contexto de aumento expressivo da inflação seguido por relativa estabilização em patamar superior, acompanhado de melhora moderada no mercado de trabalho e recuperação real dos rendimentos do trabalho. Em contrapartida, observou-se retração no número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, indicando possível redução do alcance das políticas de proteção social em um cenário de preços mais pressionados. Assim, o contraste entre os dois períodos sugere que, embora a renda e o emprego tenham apresentado sinais de recuperação, o aumento dos preços de alimentos e a diminuição da cobertura do principal programa de transferência de renda podem ter implicações relevantes para a dinâmica da insegurança alimentar no país, ainda assim, menores que o potencial induzido pelas melhoras macroeconômicas ocorridas no período de análise.

Dessa forma, as melhorias observadas nos indicadores de segurança alimentar entre 2023 e 2024 parecem estar mais associadas ao aumento da renda proveniente do trabalho do que ao ganho de renda via políticas de transferência. Esse incremento pode ser explicado por dois fatores principais: (i) a redução da taxa de desocupação observada entre os dois períodos e (ii) a política de valorização do salário-mínimo. Além do impacto direto sobre os rendimentos dos trabalhadores, o aumento real do salário-mínimo também é transmitido a outros grupos populacionais, dado que benefícios como aposentadorias e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) estão vinculados ao piso salarial. Assim, o efeito positivo do reajuste real do salário-mínimo alcança também segmentos socialmente vulneráveis e mais expostos à insegurança alimentar.

Esse avanço reflete um contexto econômico mais estável, caracterizado pelo controle da inflação, pelo aumento real da renda do trabalho e por uma ligeira melhora nas condições do mercado de trabalho. O comportamento dos preços dos alimentos também desempenhou papel decisivo nesse processo. A estabilidade dos preços dos itens de alimentação e bebidas, observada durante boa parte do período de coleta da pesquisa de 2024, contribuiu para conter o custo da alimentação, ainda que de forma menos expressiva do que em 2023, quando a ocorrência de deflação nos preços desses produtos exerceu papel determinante na queda dos níveis de fome registrada naquele ano. Ainda assim, estes mecanismos econômicos conjunturais operam de maneira distinta nas diferentes regiões devido a características estruturais locais.

Considerações Finais

A leitura conjunta das PNADc 2023 e 2024 permite algumas conclusões: a fome recuou, mas em ritmo menor - a queda de 3,4% na insegurança alimentar total é significativa, mas inferior à registrada em 2023; a fome é seletiva - mulheres, pretos e pardos, pessoas com baixa escolaridade e famílias vivendo no meio rural continuam sendo os rostos mais visíveis da insegurança alimentar; a deflação perdeu força; as políticas públicas voltaram a fazer diferença; a desigualdade regional persiste - Norte e Nordeste seguem quatro vezes mais expostos à fome do que o Sul e o Sudeste; a Amazônia Legal é o maior desafio territorial - mesmo com leve melhora, estados como Pará, Amazonas, Amapá e Roraima concentram as taxas mais elevadas de fome e insegurança moderada do país.

Referências

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Programa Bolsa Família e Cadastro Único, 2025**. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/index.html>. Acesso em: 10 out. 2025.

DE JESUS, Josimar Gonçalves; HOFFMANN, Rodolfo; DE MIRANDA, Sílvia Helena Galvão. Insegurança alimentar, pobreza e distribuição de renda no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], 2024.

FAO, FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (org.). The State of Food Security and Nutrition in the World 2023: Urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural–urban continuum. Rome, Italy: FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO; 2023. Disponível em: <http://www.fao.org/documents/card/en/c/cc3017en>. Acesso em: 21 jul. 2023.

FAO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2024. [S. l.]: FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO; 2024. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/cd1254en>. Acesso em: 02 de maio de 2025.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral - PNADC/T, 2025a**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas>. Acesso em: 2 fev. 2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Segurança alimentar 2024: PNADc - Segurança Alimentar**. Rio de Janeiro, RJ: [s. d.], 2025b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102212_informativo.pdf.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, 2025c**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc/ipca/quadros/brasil/dezembro-2023>. Acesso em: 2 fev. 2024.

MOTA, Dalva Maria Da *et al.* Entre a megadiversidade e a insegurança alimentar na Amazônia Oriental: a alarmante situação do estado do Pará. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, [s. l.], p. e25231, 2024b.

3. Desafios contemporâneos no combate à fome em um contexto de padronização alimentar, emergência climática e ameaças à soberania alimentar – Adriana V. Aranha (Anater)

Introdução

A persistência da fome em escala global, mesmo diante de níveis historicamente elevados de produção de alimentos, evidencia que a insegurança alimentar não decorre de escassez física, mas de dinâmicas estruturais que organizam a produção, a circulação e o acesso aos alimentos. Em um sistema agroalimentar globalizado, concentrado e crescentemente financeirizado, o alimento é progressivamente tratado como mercadoria, subordinado à lógica da acumulação e da competitividade. Nesse contexto, o acesso à alimentação adequada depende, em grande medida, do poder aquisitivo, da inserção social e das condições territoriais dos indivíduos e grupos sociais.

No Brasil, a partir da década de 1990, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) deslocou o eixo do debate da autossuficiência produtiva para a garantia de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade. Essa agenda foi progressivamente ampliada ao incorporar dimensões nutricionais, ambientais e de direitos, culminando na institucionalização da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), em 2006. Tais marcos consolidaram o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) como princípio orientador das políticas públicas (ARANHA, 2023).

A experiência brasileira, especialmente a partir da implementação do Programa Fome Zero em 2003, demonstrou a capacidade de políticas públicas articuladas de reduzir significativamente a fome, culminando na retirada do país do Mapa da Fome em 2014. No entanto, transformações recentes no sistema alimentar global introduziram novos desafios que tensionam a sustentabilidade dessas conquistas, entre os quais se destacam a padronização alimentar, a emergência climática e as limitações estruturais à soberania alimentar.

A reconfiguração dos sistemas alimentares e a tríplice crise

Nas últimas décadas, consolidou-se uma arquitetura global na qual um número restrito de corporações exerce controle significativo sobre diferentes elos das cadeias agroalimentares, incluindo sementes, insumos, processamento, distribuição e comercialização. Essa concentração intensifica assimetrias de poder e limita a autonomia produtiva de países e

agricultores, ao mesmo tempo em que promove a expansão de monoculturas voltadas à exportação e o uso intensivo de insumos químicos.

De acordo com Abramovay e Favareto (2025a), o sistema agroalimentar contemporâneo, embora tenha contribuído para a redução da fome desde a década de 1960, está no centro da chamada tríplice crise planetária, caracterizada pelas mudanças climáticas, pela perda de biodiversidade e pela poluição ambiental. Esse modelo produtivo mantém elevados níveis de produtividade, mas ao custo de significativa degradação ambiental e riscos à saúde humana, incluindo a disseminação da resistência antimicrobiana e o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados.

No caso brasileiro, essa dinâmica assume contornos particularmente contraditórios. O país consolidou-se como um dos principais produtores globais de commodities agrícolas e proteínas, com base na incorporação intensiva de tecnologias da Revolução Verde. Entretanto, esse sucesso produtivo está associado à homogeneização dos sistemas agrícolas e alimentares, sintetizada no conceito de “tríplice monotonia”, que envolve a simplificação das lavouras, a padronização genética da produção animal e a massificação do consumo baseada em alimentos ultraprocessados (ABRAMOVAY; FAVARETO, 2025a).

A padronização dos sistemas alimentares não se limita à esfera produtiva, mas se estende aos padrões de consumo, resultando na crescente homogeneização das dietas. Esse processo está associado à expansão de cadeias globais de distribuição, à consolidação de grandes redes varejistas e à difusão de alimentos industrializados que replicam características sensoriais de produtos naturais, mas são orientados prioritariamente pela lógica de mercado.

Belik (2025) argumenta que essa dinâmica resulta em uma “tirania da dieta”, na qual a diversidade alimentar é progressivamente substituída por padrões homogêneos de consumo. Tal processo compromete práticas locais de produção e autoconsumo, enfraquece culturas alimentares regionais e reduz a diversidade de espécies cultivadas, afetando diretamente a agrobiodiversidade.

A monotonia alimentar emerge, nesse contexto, como um indicador sensível da perda de autonomia dos territórios sobre seus sistemas alimentares. Ela reflete a erosão de circuitos locais de produção e comercialização, a dependência de cadeias longas e concentradas e a vulnerabilidade a oscilações de preços e crises logísticas. Além disso, evidencia desigualdades socioespaciais, especialmente em áreas de baixa renda, onde a presença de desertos e pântanos alimentares limita o acesso a alimentos saudáveis.

Assim, o acesso à alimentação adequada não pode ser compreendido apenas como uma questão de renda, mas envolve dimensões estruturais como disponibilidade física, infraestrutura, regulação do ambiente alimentar e organização dos sistemas de abastecimento.

Sistemas alimentares e emergência climática

Os sistemas alimentares contemporâneos desempenham papel ambíguo em relação às mudanças climáticas. Por um lado, são importantes emissores de gases de efeito estufa, devido à expansão de monoculturas, ao desmatamento e ao uso intensivo de insumos químicos. Por outro, são altamente vulneráveis aos impactos climáticos, como eventos extremos, alterações nos regimes de chuva e degradação dos solos.

Essa dupla condição, de causa e de vítima da crise climática, reforça a necessidade de reconfiguração dos sistemas produtivos e alimentares. A predominância de modelos intensivos e padronizados reduz a resiliência dos sistemas agrícolas, tornando-os mais suscetíveis a choques ambientais e econômicos.

Além disso, os impactos ambientais da produção de alimentos se combinam com transformações nos padrões de consumo, contribuindo para o aumento de doenças crônicas associadas à alimentação, como obesidade e diabetes, o que evidencia a interconexão entre saúde humana, ambiente e sistemas alimentares.

Soberania alimentar como horizonte estratégico

Diante desses desafios, a soberania alimentar emerge como uma perspectiva estruturante para a reorganização dos sistemas alimentares. Conforme argumentam Stedile e Carvalho (2010), a soberania alimentar implica o direito dos povos de definir suas próprias políticas de produção, distribuição e consumo de alimentos, priorizando sistemas locais, diversificados e socialmente justos. Essa abordagem recoloca o papel do Estado e da sociedade na governança alimentar, destacando a importância de políticas públicas que promovam a reforma agrária, o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, a proteção das sementes como patrimônio coletivo e a transição agroecológica.

No Brasil, experiências associadas ao Programa Fome Zero, às compras públicas de alimentos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), bem como à expansão de equipamentos públicos de alimentação, demonstram a viabilidade de territorialização da soberania alimentar por meio de políticas integradas (ARANHA, 2023).

Adicionalmente, inovações sociotécnicas voltadas à diversificação produtiva, ao uso de bioinsumos e à adoção de práticas agroecológicas podem contribuir para reduzir a dependência de insumos industriais e aumentar a resiliência climática, desde que orientadas por prioridades sociais e não apenas por demandas de mercado.

Reconfigurações geopolíticas e desafios contemporâneos

O cenário internacional contemporâneo é marcado por transformações que tensionam o modelo de globalização alimentar consolidado nas últimas décadas. A crise do paradigma neoliberal, o recrudescimento de medidas protecionistas, as instabilidades nas cadeias de suprimento e as tensões geopolíticas têm evidenciado a fragilidade de sistemas altamente dependentes de mercados externos.

Nesse contexto, instrumentos como estoques reguladores, políticas de abastecimento e apoio à produção local ganham centralidade estratégica, deixando de ser mecanismos meramente econômicos para se afirmarem como pilares da soberania nacional. A soberania alimentar, portanto, ultrapassa o campo setorial da segurança alimentar e se consolida como dimensão estruturante das estratégias de desenvolvimento e resiliência dos países.

Considerações finais

A persistência da fome, da má nutrição e da monotonia alimentar, em um contexto de elevada produção de alimentos, revela os limites de um sistema agroalimentar orientado predominantemente pela lógica de mercado. A superação desses desafios exige transformações estruturais que enfrentem as desigualdades de acesso, a concentração de poder nas cadeias alimentares e os impactos ambientais dos modelos produtivos dominantes.

A construção de sistemas alimentares mais justos, diversos e sustentáveis passa necessariamente pela democratização do controle sobre a terra, as sementes, os recursos naturais e os circuitos de comercialização. Nesse processo, a soberania alimentar se apresenta como um horizonte normativo e político capaz de articular produção, abastecimento, consumo e direitos, orientando a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Mais do que um conceito setorial, a soberania alimentar assume caráter estratégico no contexto contemporâneo, ao recolocar a alimentação no centro das disputas por desenvolvimento, justiça social e sustentabilidade.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo; FAVARETO, Arilson. Introdução: para superar a monotonia do sistema alimentar. In: Caminhos para a transição do sistema agroalimentar: desafios para o Brasil. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2025a.

ABRAMOVAY, Ricardo; FAVARETO, Arilson. A transição agroalimentar: entre ruptura, gradualismo e reconfiguração. In: Caminhos para a transição do sistema agroalimentar: desafios para o Brasil. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2025b.

ARANHA, Adriana Veiga. Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional: o que são e por que são importantes? In: Descomplicando Políticas Sociais no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2023.

BELIK, Walter. A monotonia nas dietas: o papel da distribuição e comercialização de alimentos. In: Caminhos para a transição do sistema agroalimentar: desafios para o Brasil. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2025.

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins. Soberania Alimentar: uma necessidade dos povos. In: Fome Zero: uma história brasileira. Brasília: MDS, 2010.